



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14105 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

INCLUSÃO DE BEBÊS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Miriam Aida da Silva Soares - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Amélia Maria Araújo Mesquita - UFPA - Universidade Federal do Pará

INCLUSÃO DE BEBÊS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Resumo: Esse texto é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento que se propõe a discutir a inclusão de bebês com deficiência em turmas de berçário na Rede Municipal de Belém (RMB), assim, constitui-se elemento da unidade de contexto o levantamento de informações referentes às condições da oferta de berçários na Educação Infantil para atendimento do público de bebês com deficiência. Ante o exposto, neste trabalho nos propomos a responder a seguinte questão: O que revelam os dados sobre a inclusão de bebês na Rede Municipal de Belém no período de 2016 a 2022? O estudo tem por finalidade apresentar a evolução da matrícula e os indicadores de oferta da Rede. Para tanto, nos valem da pesquisa documental como técnica prioritária para produção dos dados, tendo como fonte os relatórios emitidos pelo Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP). Os dados revelam um crescimento exponencial de matrículas de crianças com deficiência na educação infantil, porém no berçário a presença ainda é muito tímida, a despeito do avanço da matrícula de bebês, o município ainda possui condições de oferta muito incipientes.

Palavras-chave: Bebês com deficiência, Creches, Inclusão

Introdução

A inclusão como política educacional acena ao cenário brasileiro um conjunto de orientações e prescrições que objetivam garantir ao público-alvo da educação especial, de forma mais específica, a garantia do direito à educação, com resguardo não apenas ao acesso à escola, mas à permanência e ao aprendizado. Diante disso, temos acompanhado ao longo das duas últimas décadas o aumento constante no número de matrículas na educação básica ^[1] desse público na escola regular, assim como a garantia do direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Destarte, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), prevê na meta quatro a universalização, para o público de 4 a 17 anos, o acesso à educação básica e a matrícula no AEE. Nesse contexto, vale destacar que, ainda que se preveja o acesso à educação básica, os bebês, que devem ter a garantia do acesso à educação infantil, não estão contemplados na faixa etária definida na meta 4, ficando apenas na estratégia 4.2 (PNE 2014-2024), a referência a esse público em específico.

Na mesma condição, o Plano Municipal de Educação de Belém (PME 215-2025), assinala também na meta 4 a mesma projeção, e define como uma das estratégias a “universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, TGD, TEA e altas habilidades/superdotação”.

Diante desse cenário de garantia de direitos e considerando que, de acordo com Bruno e Nozu (2019), ainda sejam muito incipientes as políticas orientadoras para a inclusão na educação infantil, particularmente para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, nos propomos, neste texto, a apresentar o cenário de oferta da educação infantil para crianças público-alvo da educação especial, com foco às turmas de berçário.

Destaca-se que este texto é recorte da análise de contexto da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo, cuja temática é referente à inclusão de bebês com deficiência em turmas de berçário na RME.

As bases teórico-metodológicas que conduzem o estudo elucidam a compreensão de uma educação enquanto um direito humano (NOZU, ICASATTI, BRUNO, 2017; BRUNO, NOZU, 2019), sobretudo de modo a visualizar a implementação de oferta e de condições de atendimento a bebês com deficiência em turmas de berçário.

Metodologia

Para realização do estudo, optou-se em desenvolver uma pesquisa documental, de caráter exploratório, que visa, se configurar análise de contexto para discussão da inclusão de bebês em berçário, que é o foco da pesquisa. Os dados desse contexto revelam singularidades da inclusão de bebês na RMB que, serão apresentados a partir de uma análise dessas

condições de oferta. Para tanto, foram solicitados relatórios para a Secretaria Municipal de Educação, da Educação Infantil, Educação Especial e do NUSP. Dos relatórios levantados, para este texto trabalharemos com o relatório enviado pelo NUSP que, com base no censo escolar, apresenta dados da série histórica de 2016 a 2022. O recorte de 2016 está em função de ter o PME (2015) como um documento que marca o movimento de busca de atendimento a uma estratégia específica para as crianças de 0 a 3 anos, tendo para 2016 o primeiro processo de implementação.

Desses dados serão trabalhadas informações gerais sobre a educação infantil no que se refere ao número de crianças atendidas com deficiência e depois especificamente ao número de bebês com deficiência no berçário, ao número de unidades da Rede que atendem educação infantil e aquelas que também atendem berçário, para a partir deles fazer o cotejamento das informações. Os dados serão expostos em gráficos e depois serão articulados a partir de inferências que ajudem a apresentar a inclusão de bebês em unidades de educação infantil na RMB.

Resultados parciais e discussão

A Rede Municipal de Belém tem dois documentos que orientam o atendimento a crianças com deficiência, a Resolução N° 12/2007 do Conselho Municipal de Educação (CME) e o PME (2015-2025), um orienta como deve ser o processo de inclusão e o outro prevê metas e estratégias. Dentre as estratégias está o atendimento das crianças de 0 a 3 anos conforme as demandas da família. Essas demandas são muito objetivas no caso das crianças com deficiências visíveis, mas elas vão depender da sensibilidade das instituições de educação infantil em identificar desenvolvimentos atípicos que levem a processos de avaliação especializada.

Nesse cenário, conforme os dados do NUSP, com base no censo escolar, foram identificados ao longo dessa série histórica de 2016 a 2022 um crescimento exponencial de matrículas de crianças com deficiência na educação infantil, porém nos berçários percebemos a tímida presença de bebês com deficiência matriculados (ver gráfico 1). Neste sentido é importante considerar: 1. O município trabalha com a demanda das famílias 2. Nesta faixa etária muitas crianças não têm laudo. Identificou-se ainda um crescimento no número de espaços que atendem a educação infantil, porém, ainda se percebe uma oferta a turmas de berçário muito pequena, sendo apenas 9,86% da oferta da educação infantil do município (ver gráfico 2)

Isso revela um cenário de um atendimento ainda muito incipiente, porém é importante considerar que nesta faixa etária, a depender do tipo de deficiência ou transtorno não há diagnóstico, o que leva a necessidade também de se operar com uma rede de apoio que ajude

na identificação dessas crianças para garantia do atendimento educacional especializado, de atendimento médico, fonoaudiólogo que é de responsabilidade da escola.

Considerações finais

Considerando que para falar da inclusão de bebês na educação infantil, particularmente no berçário, era necessário fazer referência desta educação como direito, e a incipiência que isso ainda se apresenta na RMB dada as condições do diagnóstico nessa faixa etária, nos traz um número ainda muito reduzido, além do fato da própria Rede não ter um número muito significativo de espaços que ofertam o atendimento a bebês.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Lei n. 9.129, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Belém e dá outras providências. Belém, PA, 24 jun. 2015.

BELÉM. Conselho Municipal da Educação. Resolução nº 12 de 23 de maio de 2007. Fixa diretrizes, normas educacionais e pedagógicas para o atendimento dos educandos com necessidades especiais no Sistema Municipal de Educação de Belém. Belém, PA, 2007. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Res.-12_2007.pdf. Acesso: 16 de abril de 2023

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. 2014-2024

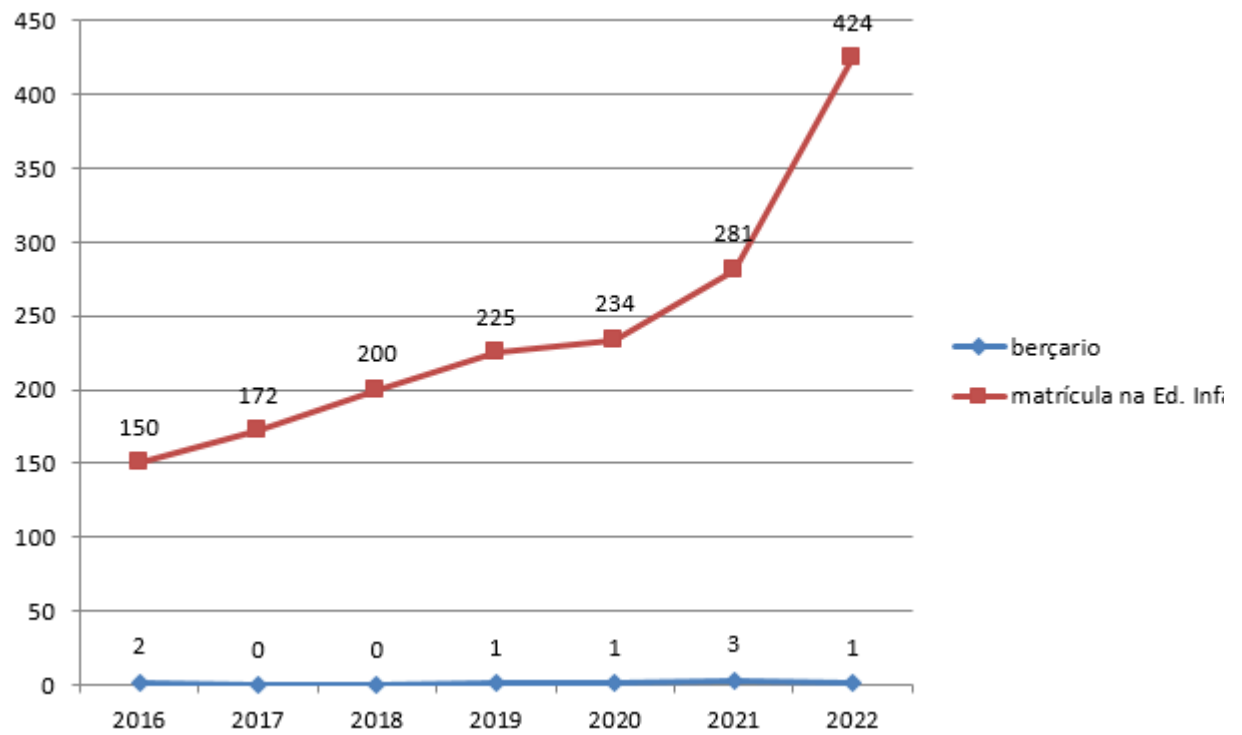
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2022**. Divulgação de Resultados

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação inclusiva enquanto um direito humano**. *Inclusão Social*, v. 11, n. 1, 2017.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Política de inclusão na educação infantil: avanços, limites e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 687-701, 2019.

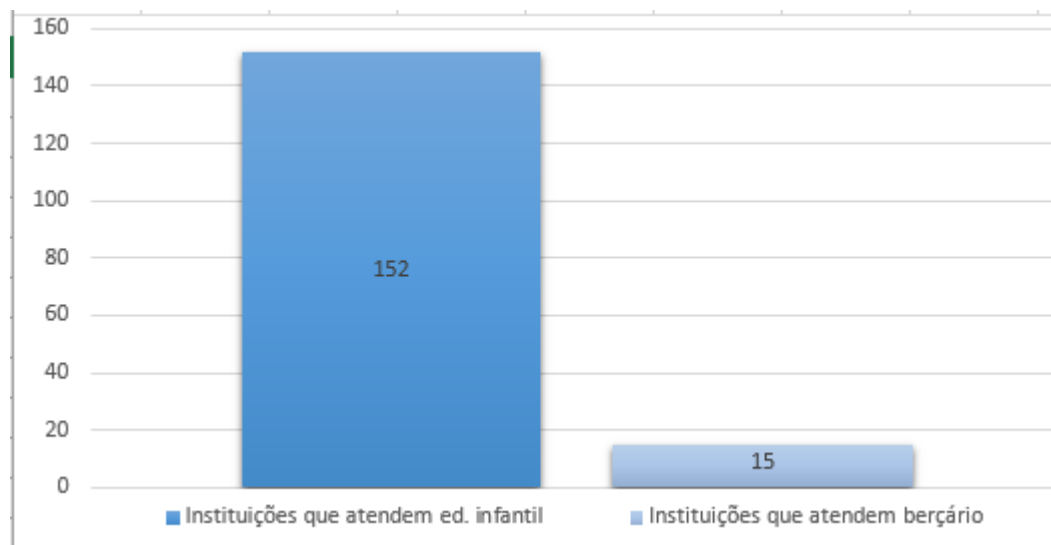
Gráficos

Gráfico 1- Matrícula RME 2016 a 2022: Crianças com deficiência da educação infantil e berçário.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados NUSP, 2023

Gráfico 2- Instituições Municipais que atendem educação infantil e berçário



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados NUSP, 2023

[1]

A evolução de matrículas de educação especial na educação básica está registrada no Censo escolar 2022 com o seguinte crescimento: Educação Infantil 2010- 34.044/ 2022- 174.771; Ensino Fundamental 2010- 380.112/ 2022- 914.557; Ensino Médio 2010- 27.695/ 2022- 203.138